



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

REQUERIMENTO N° DE 2026 (Da Sra. Adriana Ventura e outros)

Requer a realização de Sessão Solene em homenagem ao Dia Internacional do Combate à Corrupção, a ocorrer no dia 9 de dezembro de 2026.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Sessão Solene, a ocorrer no dia 9 de dezembro de 2026, para relembrar o Dia Internacional do Combate à Corrupção.

JUSTIFICATIVA

O Dia Internacional de Combate à Corrupção, celebrado em 9 de dezembro, remete à assinatura da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, ocorrida em 2003, na cidade de Mérida, no México. A data representa um marco no compromisso internacional de enfrentamento a práticas que comprometem a ética pública, a confiança institucional e o desenvolvimento social e econômico dos países.

No Brasil, os desafios relacionados à corrupção permanecem atuais e concretos. Segundo o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) 2023, divulgado pela Transparência Internacional, o país obteve 36 pontos em uma escala de 0 a 100, ocupando a 104ª posição entre 180 países avaliados. Esse resultado reflete a persistência de práticas que fragilizam a confiança da sociedade nas instituições





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

públicas e evidenciam a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, transparência e responsabilização.

Os acontecimentos recentes envolvendo descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) escancararam falhas graves na proteção de cidadãos em situação de maior vulnerabilidade. Milhões de brasileiros tiveram parte de sua renda comprometida por cobranças não autorizadas, revelando fragilidades nos sistemas de fiscalização, na atuação de entidades intermediárias e na capacidade do Estado de prevenir e coibir fraudes estruturadas. Trata-se de um caso emblemático de como a corrupção e a má gestão impactam diretamente a vida das pessoas, especialmente daqueles que dependem integralmente de seus benefícios previdenciários para subsistência.

Estudos conduzidos pelo Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), coordenado pelo Tribunal de Contas da União em parceria com a Controladoria-Geral da União, indicam que menos de 2% das organizações públicas brasileiras possuem sistemas adequados de integridade e prevenção a atos lesivos. O cenário é ainda mais preocupante no âmbito municipal, onde a ausência de estruturas robustas de controle interno amplia o risco de irregularidades e desvios de recursos públicos.

Relatórios da Transparência Internacional Brasil apontam que a corrupção no país é agravada não apenas por lacunas normativas, mas também pela deficiente implementação das leis existentes, pelo uso inadequado de recursos públicos e pela fragilidade dos controles institucionais. Entre as capitais brasileiras avaliadas, a maioria apresenta níveis de transparência classificados como “regular” ou “ruim”, o que reforça a urgência de investimentos em governança, integridade e fiscalização.

Nesse contexto, o enfrentamento da corrupção exige atuação coordenada entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, bem como o fortalecimento das instituições de controle e do próprio Poder Legislativo em seu papel fiscalizador. O combate efetivo às práticas corruptas passa, necessariamente,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

pela promoção da transparência, pela prevenção de conflitos de interesses e pela responsabilização de agentes públicos em todas as esferas e Poderes.

A realização desta Sessão Solene tem por objetivo destacar a gravidade e a atualidade do tema da corrupção no Brasil, fomentar o debate público qualificado e estimular a adoção de medidas concretas que contribuam para a proteção dos recursos públicos, o respeito aos direitos dos cidadãos e o fortalecimento da democracia.

Diante disso, o combate à corrupção constitui pauta de inequívoco interesse coletivo, uma vez que seus efeitos recaem sobre toda a sociedade. Assim, solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento de Sessão Solene.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2026.

Deputada **ADRIANA VENTURA**
NOVO/SP

